



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, CULTURA E TURISMO
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE - PANTANAL

LICENÇA DE OPERAÇÃO N.º 272/2002.

O Instituto de Meio Ambiente Pantanal – **IMAP/MS**, vinculado à secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo de Mato Grosso do Sul/**SEMACT/MS** no uso das atribuições que lhes são conferidas pelas Leis N.ºs 1.829/98 e 90/80, e de acordo com o Decreto N.º 4.625/88, **EXPEDE** a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO** que autoriza a.

EMPRESA : **EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL**
CNPJ : 03.982.931/0001-20
Operar as instalações relativas á
ATIVIDADE : Sistema de esgotamento Sanitário - ETE
CAPACIDADE : 10 l/s
LOCALIZAÇÃO : **Pedro Gomes – MS**

De acordo com os termos do Processo N.º **15/100295/1999** e observadas as seguintes condições:

- Qualquer alteração na Razão Social da Empresa deverá ser comunicada ao **IMAP/SEMACT-MS**;
- Toda e qualquer alteração/modificação no sistema de tratamento de Efluentes, bem como em relação à capacidade de processamento, deverá ser previamente autorizada pelo **IMAP/SEMACT-MS**;
- Qualquer alteração na Razão Social da Empresa deverá ser comunicada ao **IMAP/SEMACT(MS)**;
- Não será permitida alteração nem diversificação da atividade sem prévia comunicação ao **IMAP/SEMACT(MS)**;
- O **IMAP/SEMACT (MS)**, reserva o direito de, qualquer momento e de acordo com as normas legais exigir melhorias e/ou alterações nas instalações operacionalização da atividade;
- Mediante decisão motivada esta Licença será suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
 - I - Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
 - II – Omissão ou falta descrição das informações relevantes que subsidiarem a expedição desta Licença;
 - III – superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.
- Os níveis de ruídos emitidos por ocasião do funcionamento da atividade não poderão ser perceptíveis fora de propriedade da empresa;
- Fica proibidos emissão de pó, poeiras, materiais particulados e substância odorífica para a atmosfera em quantidade que possam ser perceptíveis fora de área de propriedade do empreendimento;
- Apresentar laudo de análise mensalmente do efluente na entrada da ETE, na ETE, a montante e jusante do lançamento, contemplando os seguintes parâmetros: Temperatura, pH, DBO, DQO, Sólidos sedimentáveis, sólidos suspensos, Sólidos fixos, voláteis e totais, Óleo e graxas e coliformes fecais;



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, CULTURA E TURISMO
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE - PANTANAL

- No projeto de Sistema de Controle Ambiental – SCA, não foi previsto tratamento terciário, desta forma a implantação do mesmo fica condicionada aos resultados obtidos no monitoramento da ETE durante 01 (um) ano após o início de sua operação, sendo o efluente final deverá atender a Resolução CONAMA n.º 20 de 18/06/86;
- Apresentar documentação, comprovando a existência de um responsável técnico pelo sistema de Controle Ambiental _ ETE, num prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura da Licença de Operação;
- Implantar cortina arbórea no entorno da ETE;
- Os lodos gerados depois de seco deverão ser dispostos em local apropriados e aprovados por este instituto;
- O relatório referente ao Plano de Auto Monitoramento deverá ser encaminhado trimestralmente, acompanhado das planilhas de análise dos efluentes;
- A concessão desta Licença deverá ser publicada em periódico de circulação local/regional e no Diário Oficial do Estado, num prazo de 30 (trinta) dias, conforme Resolução CONAMA N.º 006 de 24 de janeiro de 1986, observado o princípio da publicidade. Os referidos editais de publicação deverão ser enviados a este Instituto, sob pena de suspensão desta Licença;
- Esta Licença deverá permanecer em local visível do empreendimento, para efeito de fiscalização;
- Esta Licença é válida pelo prazo de 04 (quatro) anos a contar da data de sua assinatura;
- A renovação desta Licença deverá ser solicitada num prazo mínimo de 30 (trinta) dias anterior ao seu vencimento.

Campo Grande,

28 de *maio* de 2.002.


NEREU FONTES
DIRETOR PRESIDENTE – IMAP/MS